

ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO DAAE DE ARARAQUARA/SP

Proc. Daae n.º 2.908/23 (Pregão Eletrônico n.º 048/23 – processo principal)

Proc. Daae n.º 3.402/23 (Recurso Administrativo)

Proc. Daae n.º 3.401/23 (Recurso Administrativo)

Objeto: Aquisição de produtos químicos para tratamento de água e esgotos.

1. Trata-se de dois recursos administrativos. Um, interposto pela empresa BELGIQUIMICA PRODUTOS QUIMICOS LTDA, objetivando a anulação da fase de lances com relação aos lotes 02 e 03. Outro, deduzido por AVANZI QUIMICA LTDA, visando à revisão da r. decisão do Sr. Pregoeiro, a fim de que seja declarada classificada sua proposta.

2. A empresa licitante em seu arrazoado, a empresa AVANZI QUIMICA LTDA sustenta que a respeitável decisão do Sr. Pregoeiro vulnera as exigências do edital, uma vez que a proposta está de acordo com as regras do ato convocatório

3. De outro lado, BELGIQUIMICA PRODUTOS QUIMICOS LTDA, em sua irresignação, alega, em brevíssima síntese, que embora tenha sido possibilitado a apresentação de sua proposta pela plataforma eletrônica, não fora disponibilizado participar e dar lances ao sistema eletrônico do pregão. Embasada em tal tese, pede a reabertura da etapa de lances com relação aos lotes 02 e 03.

4. Eis o que se processou até agora.

5. Não assiste razão às empresas recorrentes.

6. O recurso interposto pela licitante AVANZI não deve ser conhecido. Com efeito, a lei do pregão adota procedimento específico da fase recursal, de modo que a intenção de recorrer deve ser manifestada imediatamente na própria fase externa, logo que declarado o vencedor. Vejamos:

Art. 4, XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;



7 - No caso, a empresa AVANZI não manifestou o interesse de recorrer em fase própria recursal, de modo que, as razões recursais não merecem ser recebida por falta do pressuposto de admissibilidade do recurso.

8 - Não obstante a falta do devido requisito formal para a interposição do recurso, cabe mencionar que, da mesma forma, no mérito, a licitante recorrente não possui razão.

9 - De fato, segundo consta no relatório da seção eletrônica, a proposta apresentada pela recorrente AVANZI teria sido desclassificada por falta no atendimento do item 5.2, do Edital.

10 - A documentação anexada aos autos do processo, dão conta que a proposta apresentada pela recorrente AVANZI, realmente, não observou a regra do edital disposta no Anexo III. Segundo o ato convocatório, é motivo de desclassificação a proposta de preços que **tenha identificação da empresa licitante** (item 5.2, alínea b do edital)¹.

11 - Desta feita, não cabem os argumentos trazidos pela empresa AVANZI, já que a vinculação ao instrumento convocatório é princípio expresso na lei das licitações (art. 3, caput). Sendo assim, a falta de observação a requisito considerado essencial no edital não cabe sancionamento. O ponto em análise fora manifesto e claro, no sentido de que a apresentação da proposta não poderia ser identificada pelos licitantes, sob pena de desclassificação.

12. Logo, seu recurso não merece ser acolhido.

13. De outro lado, a e mesma solução deve dar-se ao recurso interposto pela empresa BELGIQUIMICA PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

14. De fato, o mesmo artigo 3º da Lei de Licitações, citado acima, traz o princípio da isonomia, de modo que, todos os participantes da contratação publica devem ser tratados em pé de igualdade. A Administração deve dispensar tratamento igualitário (não discriminatório) aos licitantes. A licitação deve assegurar "igualdade de condições a todos os concorrentes", conforme 37, XXI, da CRFB.

15. Para garantir tal mister é vedado à Administração provocar restrições à participação de determinadas pessoas na licitação, que acarretam diminuição do número de possíveis interessados.

16. Dessa forma, todos os licitantes interessados na disputa devem concorrer com igualdade de chances, sem qualquer preferência ou vantagem preferencial a qualquer dos participantes da licitação, salvo ressalvas as exceções em lei (art. 3.º, §§ 5.º a 12, da Lei 8.666/1993).

¹ "b) O licitante DEVERÁ anexar no site pelo qual ocorrerá o certame, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, a proposta de preços, **SEM SUA IDENTIFICAÇÃO**, através da opção "DOCUMENTOS", em arquivo no formato zipfile (.zip), quando do envio da proposta".

LA

17. Na hipótese em apreço, não se consegue vislumbrar nenhuma hipótese de restrição e desigualdade contra a participação na fase de lances da empresa recorrente BELGIQUIMICA. A empresa obteve totais condições e acesso ao portal eletrônico do processo de licitação, tanto é verdade que, inclusive, apresentou as propostas de preço.

18. Ademais, não há que se falar em falha do sistema eletrônico, pois todos os outros participantes da licitação, conseguiram obter acesso e tomar parte na etapa de lances. Ora, se houvesse desconexão ou qualquer tipo de erro no sistema eletrônico, a dificuldade ocorreria para todos os licitantes e, não exclusivamente para o recorrente.

19. A sessão pública não poderia ser interrompida por uma eventual falha de acesso no próprio sistema informático do recorrente BELGIQUIMICA. Se isso fosse possível, a Administração estaria atuando em favorecimento e privilégio à empresa reclamada, em desrespeito à isonomia perante todos os outros licitantes.

20. Além do mais, consta dos autos relato técnico da empresa que confere suporte no sistema eletrônico, mencionando a ausência de qualquer falha no banco de dados, relacionado ao recorrente.

21. Dessa forma, inexistente qualquer falha técnica que pudesse impedir o recorrente BELGIQUIMICA de participar do certame, de modo que, não pode prosperar seu apelo recursal.

22. Isso posto, pelas razões acima expostas e por tudo mais que consta dos autos do processo licitatório em tela, opina-se pelo recebimento dos recursos oferecidos e, no mérito, pelo não provimento da irresignação manejada pelas IVANZI E BELGIQUIMICA, opinando com a manutenção da decisão do Sr. Pregoeiro.

23. É o parecer.

Araraquara/SP, 18 de dezembro de 2023.


Maycon Eduardo Roger

Procuradoria Geral